



## PRAÇA DA PAZ: ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB

---

Elianete Lira Cruz  
*Universidade Federal da Paraíba*

### Resumo

Discutimos, nesta pesquisa, a Praça da Paz, no Bairro dos Bancários, município de João Pessoa, estado da Paraíba, visando pensar as propostas de sua construção naquele local e a visualização dos seus frequentadores, com a finalidade de perceber como ocorre a participação popular com vínculos de sociabilidade. Nesse sentido, o espaço público da Praça da Paz é analisado a partir da perspectiva de um fazer cotidiano, através de práticas, e do significado de pertencimento que os frequentadores adotaram. Sendo assim, o processo de produção e apropriação desse espaço remete a níveis de sociabilidade, mesmo que diante da diversidade de seus usuários. Dessa forma, compreendemos que os objetos urbanos produzidos pela cidade não podem ser aceitos como uma reprodução de objetos. Em diversos teóricos que escolhemos para discutir esta pesquisa, registra-se uma centralidade em torno de um modelo mais estético, simbólico e cultural, baseado em uma sociedade de consumo.

Portanto, o espaço urbano se constrói como um produto social e segue o ritmo da sociedade que dele se apropria, a partir de práticas socioespaciais. Nesse contexto, optamos por pensar o espaço como categoria da Geografia, considerando a proposta de Lefebvre e Milton Santos, de relacionar espaço e produção social, em que “o espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social”.

Nesse caso, quando a nossa proposta se destina a dialogar com a praça como um espaço de produção social, parece fundamental compartilhar a ideia de Sobarzo (2006) de considerar o espaço público da praça como produto e produtor das relações sociais criadas para vivências cotidianas. Para tanto, percorremos vários caminhos que tentaram evidenciar os objetivos propostos inicialmente, um deles é a partir da segunda metade do Século XIX e início do Século XX, época em que a cidade de João Pessoa era chamada de cidade da Parahyba, onde através dos gestores municipais iniciaram às possibilidades de modernização da capital, através dos serviços de abastecimento de água e luz. Nesse tempo histórico, a cidade apresentava uma fisionomia tipicamente rural, e mesmo com o título de cidade, seu aspecto indicava mais o rural que o urbano esperado para uma cidade. Contudo, o país propagava as ideias de progresso e de crescimento, e a Parahyba não poderia ficar ausente da perspectiva que se atribuía às capitais

brasileiras.

Nessa conjuntura, cabia aos administradores locais transformar a cidade de aparência rural em urbana. Entre os investimentos urbanísticos, estava em evidência a infra-estrutura. A cidade da Parahyba se percebe em processo de demolição de prédios para abrir e construir logradouros como ruas e praças, além do saneamento, imprescindível para a salubridade, evitando a proliferação de doenças.

Dessa forma, as ações desses representantes do poder público sugeriram um novo tempo cultural para o cotidiano citadino. Isso foi feito a partir de recortes na arquitetura da cidade, fundamentados na tríade: sanear – circular – embelezar, que se tornaram o “carro-chefe” que direcionou todas as mudanças na cidade. A proposta de alguns administradores, como Henrique Beaurepaire Rohan, Camilo de Holanda e Solon de Lucena, incluiu o cuidado com a infra-estrutura direcionada ao saneamento e a busca de um ordenamento urbano voltado para diferenciar a capital parahybana de outras cidades. Para isso, enfatizaram os logradouros como as praças, implantando construções e reformas, para atrair a população ao uso cotidiano de tais logradouros.

A partir dessas posturas, a população começa a usar as praças como práticas cotidianas, mesmo que venha acompanhada de uma distinção social para o uso desses espaços. Assim, nem todos os cidadãos frequentavam a Praça Venâncio Neiva e a Praça Comendador Felizardo Leite, pois ofereciam atrações que não atendiam ao interesse da população de menor poder aquisitivo. No entanto, a Praça Vidal de Negreiros (Ponto de Cem Réis) tornou-se o espaço público em que havia um cotidiano que absorvia uma diversidade social e cultural.

Em seguida, apreciamos aos novos vistos espaciais que surgiram na capital, como, por exemplo, os teatros, os cinemas e os shoppings. Consequentemente, as novas sociabilidades foram modeladas ao longo desse processo, em que os espaços públicos mudaram de importância no âmbito urbano, e a praça, que até meados do Século XX, foi espaço de destaque na cidade, perdeu sua condição de lócus social no cotidiano dos cidadãos.

Em meados do Século XX, a ampliação e os melhoramentos em avenidas como Epitácio Pessoa e Pedro II “convidam” a população a frequentar as praias, pois tais avenidas facilitam o acesso ligando o centro e os bairros à orla marítima da capital da Paraíba. Convive-se com outras temporalidades no viver o urbano, com hábitos de fim de semana como ir à praia. As praças, mesmo estando presentes nos diversos bairros que surgem na cidade, perdem seu aspecto de uso cotidiano e tornam-se logradouros de passagem de pedestres e veículos ou de espaço que pertence ao bairro sem significação simbólica de embelezar a paisagem urbana.

Dentre as novas temporalidades, na década de 1980, o crescimento da cidade aponta para um novo vetor além das praias - o shopping - como opção de mudar

o “olhar” urbano para o que se propõe como moderno no final do Século XX e início de Século XXI. Com seus aparatos de modernização típica de uma sociedade que se encontra diante de outros valores sociais e culturais, o shopping simboliza um novo espaço de vivência das relações sociais.

A proposta aqui apresenta um recorte temporal, nas ações propostas ao espaço urbano, entre as primeiras e últimas décadas do século XX, nossa atenção foi o espaço urbano e as ações dos gestores no seu ordenamento. Caminhamos por ruas, avenidas e praças e atentamos para compreender as ações de alguns gestores no sentido de que a capital da Paraíba ingressasse nos novos tempos. No intervalo entre as primeiras décadas do século XX e o seu final, a capital da Paraíba se tornou cenário de crescimento urbano com uma diversidade de espaços públicos como opção de uso cotidiano para os diferentes sujeitos sociais da época.

Abordar esse processo histórico de crescimento da cidade e como se percebe o espaço público nos oferece suporte para ampliar a discussão acerca do uso cotidiano e da sociabilidade evidenciada, no espaço público de João Pessoa, apropriando-nos da Praça da Paz como objeto de estudo, na perspectiva de uma gestão democrática para gerenciamento das praças na cidade.

Em seguida, com base na ideia de Milton Santos, foi feita uma abordagem sobre o diálogo da sociabilidade do espaço público da praça, porque entendemos esse espaço como uma construção, formada por um conjunto de sistema de objetos e sistemas de ações. É essa noção inseparável entre sistema de objetos e ações que adotamos como conceituação para identificar o espaço geográfico da Praça da Paz bem como o processo de apropriação social como fomentador do espaço público.

Descrevemos, ainda, o trabalho de revitalização e construção da Praça da Paz, acompanhado de significações, de ampliação do hábito cotidiano da cultura na cidade, com possibilidades de sociabilidade, em espaços públicos. Nesse sentido, apresentamos as propostas de revitalização daquele lugar, uma indicação da retomada de uso em tais espaços com acessibilidade a toda a população.

Para tanto, realizamos uma breve narrativa histórica do Bairro dos Bancários, onde o nosso objeto de estudo está inserido, como também as propostas de construção da Praça naquele local e a visualização dos seus visitantes, com a finalidade de perceber como ocorre a participação popular nas propostas de gestão da praça.

Portanto, acompanhamos a mobilização dos moradores do Bairro dos Bancários desde a reivindicação para a construção de uma praça naquele bairro, em 1988, através de uma comissão Pró-praça, em parceria com a Associação de Moradores, até sua inauguração, em 2006, quando se concretizaram a “luta e a conquista” dos moradores. Nesse espaço, foram implantados equipamentos que possibilitam

diversas atividades para os seus frequentadores, como quiosques, parque infantil, anfiteatro, pista de skate, pista de caminhada, bancos de alvenaria, quadra de futsal, quadra de areia, campo de futebol, instrumentos para exercício físico e uma biblioteca digital.

Pensar o uso e a sociabilidade, na Praça da Paz, no qual pretendemos mostrar que esse espaço se constitui peça fundamental na fabricação das relações sociais, ou seja, uma apropriação do espaço público em que se estabelecem relações de sociabilidade, por meio de práticas cotidianas. Nessa discussão, referimos, como descrito por Certeau (2009), que um cotidiano se faz com a “arte do fazer”, e essas maneiras de fazer atribuímos à noção de privado/público, diante da condição de apropriação das práticas cotidianas que permeiam o espaço da praça, sem perder a intimidade com o singular e a atitude trazida pelo usuário de seu espaço privado (casa).

Mesmo diante de uma segmentação social e cultural, usar o que oferece a Praça da Paz, em termos de equipamento, permite ao frequentador dispor de atividades que (re) elaboram hábitos cotidianos. Essa estrutura espacial promove a sociabilidade, que cria caracteres de pertencimento. Tal fato é comprovado a partir da metodologia utilizada: questionário semi estruturado ouvindo depoimentos dos frequentadores, comerciantes, pedestres que usam o espaço cotidianamente, bem como pessoas envolvidas na construção da Praça da Paz, dentre estes, moradores antigos, representante da Associação de Moradores. Também em conversas informais com os jovens, adolescentes, crianças, adultos e idosos, que fazem da praça espaço de vivência, encontramos depoimentos que demonstram o fazer cotidiano de uso do espaço público. Assim compreendemos a configuração dada por esta população usuária a este espaço público através de seu uso cotidiano.

Nesse sentido, o pertencimento se dá a partir de sua apropriação do que espacialmente lhe confere, em símbolo material e social, numa rede ligada por nodos de sociabilidades. Sendo assim, através de uma pesquisa no local, por meio de um questionário semi estruturado, e ouvindo os visitantes da Praça da Paz, buscamos compreender a configuração dada por essa população usuária a esse espaço público, através de seu uso cotidiano. Nossa proposta de pesquisa se define, assim, por mostrar como o espaço público da Praça da Paz representa o retorno do hábito de frequentar espaços públicos, como a praça, por exemplo, e fazer deles um lugar de convívio com o outro, ao sair do privado da casa para pertencer ao público, mesmo que suas escolhas culturais e de uso desse espaço se pronunciem em garantir as singularidades daqueles que a frequentam em seu hábito cotidiano da “arte de fazer” e reproduzam socialmente esse espaço geográfico.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2002.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 19, pp. 93-111, 2006.

\_\_\_\_\_. Os espaços da sociabilidade do espaço público em Presidente Prudente. (Tese de Doutorado) 2004. Universidade Estadual Paulista, UNESP, Faculdade de Ciência e Tecnologia.